



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

PROCESSO SELETIVO – DIREITO

CADERNO DE QUESTÕES

Nome: _____

Data: 11.12.2016

ALGUMAS INFORMAÇÕES:

Em todas as questões, há apenas uma resposta correta.

Há duas Folhas de Respostas, devendo o candidato entregá-las juntamente com o Caderno de Questões. Uma folha à parte será entregue para o candidato que quiser copiar o gabarito.

Tempo da prova: 4 horas.

Tempo mínimo de permanência em sala de aula: 1 hora.

O gabarito das questões objetivas será divulgado, no máximo, no dia 14.12.2016, a partir das 15 horas, no seguinte site: <http://www.jfba.jus.br/>, link “Subseções Judiciárias” / “Subseção Judiciária de Vitória da Conquista” / “Estágio”.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Uma Universidade Federal, ao distribuir as competências funcionais entre os seus departamentos, está praticando a:
 - a) Descentralização
 - b) Desconcentração
 - c) Centralização
 - d) Integração

2. Acerca da descentralização, é correto afirmar:
 - a) É a distribuição de funções apenas para outra pessoa jurídica.
 - b) É o desempenho indireto de atribuições públicas.
 - c) Existe hierarquia entre as entidades envolvidas.
 - d) É aplicada, por exemplo, pela União ao criar os Ministérios.

3. Assinale a alternativa INCORRETA:
 - a) Integra o Poder Executivo a Presidência da República e os Ministérios.
 - b) Os poderes Legislativo e Judiciário também exercem funções administrativas, além das suas funções principais.
 - c) Em regra, os órgãos públicos não possuem capacidade processual, pois não têm personalidade jurídica.
 - d) A administração direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas políticas do Estado (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), aos quais foram atribuídas competências para o exercício de atividades administrativas, de forma centralizada.

4. São princípios expressos da Administração Pública:
 - a) Moralidade, pessoalidade, eficiência, legalidade e publicidade.
 - b) Legalidade, irretroatividade, publicidade, moralidade e eficiência.
 - c) Moralidade, eficiência, publicidade, impessoalidade e legalidade.
 - d) Legalidade, motivação e eficiência.

5. Sobre a Administração Pública Indireta, assinale a alternativa verdadeira:
 - a) As autarquias só podem ser criadas ou extintas diretamente por lei.
 - b) As autarquias e sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito público.
 - c) Os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista possuem estabilidade, pois seguem o Regime Jurídico Único dos servidores públicos da União.
 - d) Os bens das autarquias são considerados privados e por isso podem ser penhorados.

6. A aplicação da penalidade de advertência por uma autoridade administrativa a servidor seu subordinado, por inobservância de dever funcional, é ato administrativo que expressa o exercício regular do poder:

- a) Hierárquico
 - b) Regulamentar
 - c) De polícia
 - d) Disciplinar
7. Os atos administrativos podem ser classificados em vinculados e discricionários. A esse respeito, é INCORRETO afirmar:
- a) Todos os elementos do ato discricionário são discricionários.
 - b) Todos os elementos do ato vinculado são vinculados.
 - c) O motivo e objeto dos atos discricionários constituem o mérito administrativo.
 - d) Mesmo nos atos discricionários, a competência, a finalidade e a forma são vinculados.
8. Quanto aos atos administrativos, é correto afirmar:
- a) Ao contrário dos atos jurídicos entre particulares, o ato administrativo é insuscetível de convalidação.
 - b) A revogação do ato administrativo opera efeitos retroativos (ex tunc).
 - c) A anulação (invalidação) de um ato administrativo ocorre devido à existência de um fato novo que o torne inconveniente ou inoportuno.
 - d) A anulação de um ato administrativo ocorre por motivo de ilegalidade, com efeito retroativo.
9. Assinale a alternativa incorreta a respeito da Responsabilidade Civil do Estado:
- a) Pode ser excluída por culpa exclusiva da vítima.
 - b) É excluída no caso de caso fortuito e força maior.
 - c) Quando o dano decorrer de omissão, a responsabilidade é subjetiva.
 - d) O Estado não pode ser responsabilizado por omissão, apenas por ação.
10. Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, estando a inicial da ação em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará:
- a) A citação do requerido para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.
 - b) A intimação do requerido para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 10 (dez) dias.
 - c) A notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.
 - d) A notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Assinale a alternativa correta:
- a) A Constituição da República Federativa do Brasil não contempla, no Título reservado aos princípios fundamentais, objetivo a ser alcançado na ordem jurídica internacional.

- b) No Título destinado aos princípios fundamentais, a Constituição da República faz referência à ordem internacional.
- c) A Constituição da República é a norma fundamental e suprema de um Estado, razão pela qual não pode tratar de temas relacionados à ordem internacional, que são reservados aos tratados e convenções internacionais.
- d) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de nações.

12. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As ações afirmativas são desdobramentos do princípio da igualdade, analisado sob o aspecto formal.
- b) O direito à vida possui dupla proteção: o direito de permanecer vivo (direito de não ser morto) e o direito à existência digna (direito de viver com dignidade).
- c) O princípio da legalidade não se confunde com o princípio da reserva legal.
- d) O direito de propriedade não é incondicionado e absoluto.

13. Sobre os direitos políticos, é correto afirmar que:

- a) A cassação dos direitos políticos é permitida apenas nas hipóteses previstas na Constituição da República, após o devido processo legal.
- b) São inelegíveis: os inalistáveis, os analfabetos e os militares.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- d) Lei ordinária específica estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

14. Assinale a assertiva correta sobre a União Federal:

- a) Possui competência concorrente para legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- b) Possui competência privativa para legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
- c) Todas as terras devolutas são bens da União.
- d) Tem competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte.

15. Sobre o Poder Judiciário, marque a opção INCORRETA:

- a) O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante da estrutura da Poder Judiciário.
- b) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
- c) Lei delegada, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.

d) O juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal.

16. Marque a opção INCORRETA sobre a organização do Poder Judiciário:

- a) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.
- c) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- d) O Conselho da Justiça Federal funciona junto ao STF.

17. Assinale a opção correta sobre o mandado de segurança:

- a) Presta-se à tutela de qualquer direito individual.
- b) Destina-se, exclusivamente, à proteção de direitos coletivos.
- c) Todo mandado de segurança deverá ser impetrado perante um tribunal, pois a autoridade pública indicada no polo passivo subtrai a competência do Juízo de 1º grau.
- d) O mandado de segurança é vocacionado à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

18. Assinale a opção correta acerca da ação popular:

- a) Qualquer pessoa poderá ajuizar a ação popular.
- b) Por se tratar de ação derivada da soberania popular, deverá ser ajuizada sempre na Justiça Federal.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar a ação popular.
- d) O autor ficará isento do pagamento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) A competência para apreciar o incidente de deslocamento de competência é do Supremo Tribunal Federal.
- b) A ação civil pública deve ser promovida, privativamente, pelo Ministério Público.
- c) O Defensor Público Geral da União tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

20. Marque a assertiva correta sobre a Seguridade Social:

- a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre seguridade social.
- b) O Município poderá legislar sobre seguridade social desde que o faça no interesse local e de modo a suplementar a legislação estadual e federal, no que couber.
- c) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- d) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal, excluindo-se os Municípios.

DIREITO CIVIL

21. No que diz respeito à capacidade para os atos da vida civil é correto afirmar que:

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- c) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os pródigos, a mulher casada, os silvícolas e o apátrida;
- d) Art. 3º: São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

22. Marque a alternativa incorreta:

- a) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente
- b) A validade do negócio jurídico requer: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma defesa em lei;
- c) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa;
- d) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

23. É o nulo o negócio jurídico quando:

- a) Celebrado por pessoa absolutamente ignorante;
- b) For ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;
- c) O motivo determinante, comum a ambas as partes, contrariar os dogmas da santa inquisição;
- d) Ofender a Súmula Vinculante do STF.

24. Sobre as obrigações entende-se que:

- a) O credor jamais poderá ceder seu crédito, ainda que a isso não se oponha a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor. Se o fizer cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé;
- b) Sem consentimento do devedor primitivo, o terceiro não interessado não poderá assumir a obrigação do devedor, ainda que com o consentimento expresso do credor;
- c) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível;
- d) Aquele que esconde sua menoridade no momento do pagamento não poderá utilizar a própria torpeza para anular o pagamento, se o pagamento não reverteu em seu benefício.

25. É correto afirmar que:

- a) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor, o que não se aplica às doações onerosas;
- b) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção., salvo se aquisição se tenha realizado em hasta pública;
- c) No momento da conclusão do contrato, pode uma das partes reservar-se a faculdade de indicar a pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes. Essa pessoa indicada ficará vinculada ao contrato a partir da comunicação da realização do negócio.
- d) A resilição unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26. Analise as seguintes proposições acerca competência da Justiça Federal no Novo CPC:

- I. Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente.
- II. Não serão remetidas à Justiça Federal as ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho, além das sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.
- III. O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual, suscitando conflito de competência, se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.
- IV. Os autos não serão remetidos à Justiça Federal se houver pedido cuja apreciação seja de competência do juízo perante o qual foi proposta a ação.

Segundo o Novo CPC, estão corretas:

- a) I, II e III;
- b) II e III;
- c) II e IV;
- d) I, II, III, IV

27. Sobre a intervenção de terceiros, assinale a opção incorreta na sistemática do Novo CPC:

- a) A Nomeação à Autorial, modalidade de intervenção provocada, deixou de existir, devendo o réu que alegar ilegitimidade indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento;
- b) O Amicus Curiae é uma forma híbrida, enquadrando-se tanto na modalidade espontânea, quanto na provocada;
- c) A Oposição é modalidade de intervenção de terceiros espontânea, oferecida por quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu;
- d) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

28. Acerca da tutela provisória no Novo CPC, é correto afirmar:

- a) A tutela de urgência de natureza antecipada pode ser concedida quando houver perigo irreversibilidade dos efeitos da decisão, desde que o requerente se responsabilize por eventuais perdas e danos;
- b) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro e arrolamento de bens, mas deixou de ser possível mediante registro de protesto contra alienação de bem;
- c) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, mas não poderá ser decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, figurando a parte requerida como depositária;
- d) A tutela antecipada antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

29. Maria ajuizou uma ação contra o INSS pleiteando a restituição de valores indevidamente descontados de seu benefício previdenciário e obteve sentença favorável, que impôs à Autarquia Ré o dever de pagar a quantia requerida. Nesse caso:

- a) Maria, ao pleitear o cumprimento da sentença, deverá apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do débito, contendo o índice de correção monetária adotado, mas não precisará indicar os juros aplicados e as respectivas taxas;
- b) Se o INSS não proceder ao pagamento voluntário no prazo de quinze dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento;
- c) Alegando o INSS que Maria, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá a ele declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição;
- d) Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pelo INSS não pode ser objeto de cumprimento imediato.

30. Em relação às provas no Novo CPC, assinale a opção incorreta:

- a) O juiz indeferirá, em despacho, as diligências inúteis ou meramente protelatórias;

- b) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu; e, por fim, as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu;
- c) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;
- d) A distribuição diversa do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes.

31. Sobre a capacidade processual no Novo CPC, é correto afirmar:

- a) A necessidade de consentimento do cônjuge para propor ação que verse sobre direito real imobiliário aplica-se à união estável, desde que comprovada nos autos;
- b) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei;
- c) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada;
- d) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito.

32. Considerando as disposições do Novo CPC a respeito dos honorários advocatícios e gratuidade da justiça, assinale a opção correta:

- a) Não são devidos honorários advocatícios na reconvenção;
- b) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, sendo inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa;
- c) Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos igualmente por ambas as partes;
- d) A concessão de gratuidade da justiça afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

33. Assinale a opção incorreta sobre o processo de conhecimento na sistemática do Novo CPC:

- a) O juiz, ao verificar que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de quinze dias, a emende ou a complete;
- b) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição;
- c) A audiência de conciliação ou de mediação não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;
- d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

34. Analise as seguintes assertivas sobre os atos processuais e assinale a opção correta:

- I. Tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse público ou social;
- II. A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei;

- III. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;
- IV. Quando o ato tiver de ser praticado diretamente pela parte ou por quem, de qualquer forma, participe do processo, sem a intermediação de representante judicial, o dia do começo do prazo para cumprimento da determinação judicial corresponderá à data em que se der a comunicação.

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) I, II e IV;
- d) I, II, III e IV.

35. Acerca da Execução Fiscal, assinale a opção correta:

- a) A execução fiscal não poderá ser promovida contra os sucessores;
- b) O executado será citado para, no prazo de dez dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução;
- c) Em garantia da execução, o executado poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública;
- d) Na execução fiscal, são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.

DIREITO PENAL

36. No que diz respeito ao conceito de crime, é incorreto afirmar que:

- a) sob o prisma analítico, crime é a concepção da sociedade sobre o que pode e deve ser proibido, mediante a aplicação de sanção penal.
- b) o causalismo busca ver o conceito de conduta meramente naturalístico, despido de qualquer valoração. Por isso o dolo e a culpa estão inseridos na culpabilidade.
- c) a teoria finalista, crendo que a conduta deve ser valorada, deslocou o dolo e a culpa da culpabilidade para o fato típico.
- d) na legislação pátria, adotou-se o critério bipartido na definição das infrações penais, ou seja, estas se subdividem em contravenções penais e crimes ou delitos, inexistindo diferença conceitual entre as duas últimas espécies.

37. Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar que:

- a) em relação ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria mista ou da ubiquidade.
- b) a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- c) em relação ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade.
- d) a nova lei, que deixa de considerar criminoso determinado fato, cessa, em favor do agente, todos os efeitos penais e civis.

38. Em matéria de direito penal, julgue os itens apresentados.

- I. A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- II. Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um sexto a um terço.
- III. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, terá a pena será reduzida de um a dois terços.
- IV. É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

Estão corretos os itens contidos em:

- a) I, apenas.
 - b) I e IV, apenas.
 - c) II e III, apenas.
 - d) II, III e IV, apenas.
39. No tocante às penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Penal Brasileiro:
- a) o trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.
 - b) fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar o condenado à pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade.
 - c) a prestação de serviço à comunidade dar-se-á exclusivamente em entidades assistenciais estatais.
 - d) a reincidência é sempre causa impeditiva para a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
40. Sobre as causas extintivas de punibilidade, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar que:
- a) nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
 - b) aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade, reduzidos em um terço.
 - c) no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
 - d) o curso da prescrição se interrompe com o oferecimento da denúncia ou da queixa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. A respeito das disposições contidas no Código de Processo Penal acerca do Inquérito Policial, assinale a assertiva correta:

- a) o inquérito deverá terminar no prazo de 05 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que for expedida a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- b) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- c) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que for expedida a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- d) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

42. Em relação à competência jurisdicional, analise as afirmativas.

- I. A competência pela prevenção se dá quando, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles anteceda aos outros ao determinar a citação do réu.
- II. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- III. É da competência da justiça estadual processar e julgar a prática do crime de redução à condição análoga à de escravo, porque a conduta criminosa atinge a liberdade individual de homem específico, não caracterizando violação a interesse da União.
- IV. O crime de injúria, quando praticado pelas redes sociais da Internet, é da competência exclusiva da justiça federal.
- V. Diferentemente do que ocorre no julgamento de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, o Prefeito Municipal goza do foro por prerrogativa de função para o processamento e julgamento da ação penal instaurada em seu desfavor.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e V, apenas.
- b) I e IV, apenas.
- c) II e V, apenas.
- d) III e IV, apenas.

43. Sobre as medidas cautelares no processo penal brasileiro, é incorreto afirmar que:

- a) poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 80 (oitenta) anos.

- b) serão recolhidos a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, os prefeitos municipais, os vereadores e os ministros de confissão religiosa.
- c) em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- d) O réu afiançado não poderá, sob pena de quebração da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.

44. Acerca da ação penal, assinale a opção correta, de acordo com o Código de Processo Penal:

- a) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- b) a representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- c) ao Ministério Público é facultado desistir da ação penal.
- d) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não se estenderá aos demais.

45. Sobre a sentença em matéria criminal, considere as afirmações abaixo.

- I. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- II. Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, mas não poderá reconhecer agravantes, quando nenhuma tenha sido alegada.
- III. Ainda que tenham sido identificados no curso do processo os prejuízos sofridos pela vítima da infração penal, a sentença condenatória não poderá fixar valores a título de reparação do dano, pois essa atribuição é de competência exclusiva da jurisdição cível.
- IV. Proferida a sentença penal, qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

Quais estão corretas?

- a) II e IV, apenas.
- b) I e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

46. Nos termos da Lei n.º 8.213/91, a previdência social, mediante contribuição tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de:

- a) Idade avançada, apenas.
- b) Idade avançada e prisão ou morte, apenas.
- c) Incapacidade, desemprego voluntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
- d) Incapacidade, idade avançada, tempo de serviço e assistência aos adolescentes carentes.

47. A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos, exceto:

- a) Universalidade de participação nos planos previdenciários.
- b) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- c) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- d) Caráter autoritário e centralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.

48. São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:

- a) Empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial.
- b) Empregado, empregado doméstico, contribuinte facultativo, trabalhador avulso e segurado especial.
- c) Empregado, apenas.
- d) Empregado e segurado especial, apenas.

49. Segurado especial é a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros. Entende-se como regime de economia familiar:

- a) A atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, com a utilização de empregados permanentes.
- b) A atividade em que o trabalho dos membros da família é dispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, com a utilização de empregados permanentes.
- c) A atividade em que o trabalho dos membros da família é dispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.
- d) A atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

50. Período de graça é aquele em que o indivíduo não contribui para a previdência, mas mantém a qualidade de segurado. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:
- Até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
 - Sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.
 - Até 10 (dez) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
 - Até 3 (três) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
51. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
- O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; os pais e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
 - O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; os pais e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 16 (dezesseis) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
 - O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, apenas.
 - Os pais e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, apenas.
52. O Regime Geral de Previdência Social compreende, dentre outras, as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:
- Quanto ao dependente, aposentadoria por invalidez.
 - Quanto ao segurado, pensão por morte.
 - Quanto ao segurado, auxílio-reclusão.
 - Quanto ao segurado e dependente, serviço social e reabilitação profissional.
53. Analise as proposições que seguem:
- Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.
 - A carência exigida para a concessão do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez é de 12 (doze) contribuições mensais.

- III. A carência exigida para a concessão da aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial é de 60 (sessenta) contribuições mensais.
- IV. Independe de carência a concessão de auxílio-reclusão.

Está correto o que se afirma nos itens:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) Apenas I.
- d) I, II e IV.

54. Marque V, quando verdadeiro, e F, quando falso, as proposições que seguem. Sobre a pensão por morte:

- () A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não.
- () Perde o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurado.
- () A pensão por morte é sempre vitalícia.
- () A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

Considerando as proposições acima, marque a alternativa correta:

- a) F, V, F e V
- b) F, F, V e V
- c) V, V, F e V
- d) V, F, V, F

55. Nos termos da Constituição Federal, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem, entre seus objetivos, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. Nos termos da Lei n.º 8.742/93:

- a) O amparo social ao idoso ou ao deficiente pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime.
- b) Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- c) O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) meses para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- d) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/12 (um doze avos) do salário-mínimo.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL

56. Desde o ano de 2001, com a publicação da Lei n.º 10.259, os Juizados Especiais Federais têm suas disposições tratadas em legislação própria, aplicando-se a partir de então, de forma subsidiária, à Lei n.º 9.099/1995. Quanto à competência dos JEFs, analise os itens que seguem:

- I. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- II. Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.
- III. Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.
- IV. Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- V. No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Federal, a sua competência é absoluta.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, II e IV.
- b) II, III e V
- c) I, III, IV e V
- d) I, II, III, IV e V

57. Marque V, quando verdadeiro, e F, quando falso, as proposições que seguem. Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

- () Como autores, as pessoas físicas.
- () Como ré, a União.
- () Como autores, as microempresas e empresas de pequeno porte.
- () Como rés, as autarquias, fundações e empresas públicas federais.
- () Como autores, as sociedades de economia mista e as empresas públicas.

Considerando as proposições acima, marque a alternativa correta:

- a) F, V, F, V e F
- b) V, V, F, V e V
- c) V, F, V, V e V
- d) V, V, V, V e F

58. Os processos que tramitam sob o rito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais serão orientados pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia

processual e celeridade, buscando, sempre que possível a conciliação ou a transação. No que se refere às citações e intimações em seu âmbito, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A citação far-se-á, em regra, por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.
- b) Caso necessário, é permitida a citação por edital.
- c) O comparecimento espontâneo suprirá a falta ou nulidade da citação.
- d) Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes.

59. A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso inominado:

- a) que será julgado por uma turma composta por quatro Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- b) que será interposto no prazo de 5 dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- c) que será interposto no prazo de 10 dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- d) que poderá ser apresentado pela própria parte, sem a presença de advogado.

60. No âmbito dos juizados:

- I. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.
- II. Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença
- III. Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.
- IV. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Considerando as proposições acima, são verdadeiros os itens:

- a) I, II, III e IV
- b) II, III e IV
- c) I, III, e IV
- d) I, II e III